

SEM PLANEJAMENTO

Reforma do escritório de Neópolis traz transtornos a funcionários e usuários

Seria um contrassenso do SINDISAN, depois de fazer dezenas e dezenas de denúncias da lastimável situação em que se encontra quase todos os escritórios e estações de tratamento de água em nosso estado, se opor a qualquer tipo de reforma iniciada pela DESO. Porém, o que observamos e criticamos é a forma atabalhoada com que algumas dessas reformas estão sendo efetuadas, o que leva a crer que não houve programação alguma para que se iniciassem os serviços.

Podemos citar aqui a reforma do escritório da cidade de Neópolis, que foi iniciada sem que houvesse o deslocamento dos funcionários para outro local, a fim de darem continuidade ao serviço de atendimento ao público. Em consequência disso, pode se verificar, no local, trabalhadores da empreiteira que ganhou a licitação derrubando paredes, batendo marretas, em meio a uma nuvem de pó, junto com o barulho terrível de demolição; tudo se misturando aos clientes e funcionários, já que todos compartilham do mesmo ambiente, o que é passível até mesmo de ocorrer um acidente. Esse tipo de procedimento é inadmissível nos dias atuais.

Funcionários, clientes e os próprios trabalhadores da obra não deveriam passar por esta situação. Há que se questionar a quem cabe a responsabilidade so-

bre esse tipo de procedimento, que depõe contra a imagem da DESO. Ou alguém acredita que os clientes que chegam ao escritório de atendimento e passam por essa situação gostam e saem de lá elogiando a Companhia?

Situações críticas como essa atingem negativamente o nome da DESO, não da empresa privada que está realizando a obra. Então, fica o alerta aos senhores administradores: é preciso mais planeja-

mento e exigir das contratadas observâncias mínimas de controle nas intervenções que afetam trabalhadores e clientes, como no caso do Escritório de Neópolis. É preciso mais critério ao tomar decisões que afetam diretamente a vida dos outros.

Há que se louvar a iniciativa do começo das tão esperadas reformas nas unidades da DESO, porém, deve-se analisar cada caso e ver a melhor forma de operacionalizar essas reformas.



▲ Imagem da situação do Escritório da Deso em Neópolis, quando o sindicato esteve presente

Antenas de internet continuam a se proliferar

Parece que alguém na DESO não quer mesmo que a coisa volte pro seus devidos lugares, mesmo depois das inúmeras denúncias do SINDISAN sobre as diversas antenas de internet, de empresas privadas, instaladas de forma irregular – ou seja, sem qualquer acordo legal firmado com a Companhia – nos reservatórios elevados em cidades do interior.

Quando foi feita a primeira denúncia à Direção da DESO, alegou-se desconhecimento dos fatos e que seria feita uma averiguação quanto à veracidade das informações passadas. Porém, o que o sindicato observou de lá pra cá, foi que além de

não ter havido a averiguação, a situação só piorou, pois o número de instalações "clandestinas" só aumentou.

Recentemente, a Direção do SINDISAN, em visita às bases do interior, presenciou um fato inusitado: um funcionário de uma dessas empresas de internet foi flagrado fazendo manutenção em uma dessas antenas, no alto do reservatório, sem qualquer EPI, em um risco iminente de sofrer um sério acidente, com consequências imprevisíveis. Isso aconteceu num dos reservatórios entre os municípios de Nossa Senhora das Dores e Feira Nova, que fornece água para o Povoado

Pau Ferro e que não tem a presença efetiva de um servidor da Companhia.

Anos atrás, a DESO já foi obrigada, por força da lei, a indenizar famílias devido a acidentes ocorridos com pessoas que não pertenciam ao seu quadro de funcionário, em áreas sob sua responsabilidade. O SINDISAN pede providências urgentes para reverter essa situação. Há que se perguntar: a Direção da DESO diz não ter conhecimento e que não autorizou a instalação dessas antenas. Por que, então, não recorrer aos meios legais, já que se trata de área de acesso restrito, para coibir de uma vez por todas essas irregularidades?

LUTA

1º de Maio é dia de tomar as ruas na defesa do trabalhador

Está se aproximando o 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, e não do Dia do Trabalho, como a burguesia gosta de divulgar. Neste momento, em que o Brasil passa por uma das maiores crises da sua história e a classe trabalhadora é atacada em seus direitos históricos por um governo neoliberal, elitista, golpista e entreguista, é bom fazer uma análise mais aprofundada de como funciona a sociedade.

As crises do sistema capitalista são cíclicas e inevitáveis, pois elas acontecem não por falta de matérias-primas ou pelo desenvolvimento das ciências e tecnologias. Elas acontecem porque a produção não é para satisfazer as necessidades dos seres humanos, mas para o mercado, para a geração de lucro. Mesmo que se produza muito, se essa produção fosse distribuída igualmente, socializada, teríamos alimentos, moradia, bens de consumo, educação e saúde para todos. Não seria um problema como é hoje, mas solução.

A grande contradição do sistema capitalista é que a produção é socializada, mas a apropriação é privada; ou seja, aos trabalhadores, que produzem todas as riquezas, é dado apenas o mínimo necessário para sobreviverem e

continuarem produzindo, fornecendo mais força de trabalho para os capitalistas, numa ciranda contínua de exploração e expropriação.

Diante dessas crises, o Estado burguês, que gerencia os interesses dos grandes capitalistas – banqueiros, industriais e empresários – necessita de reformas, de tempos em tempos, para retirar direitos dos trabalhadores, conquistados sempre com muita luta, a fim de gerar mais lucros para a classe empresarial.

Por isso o atual governo e o Congresso Nacional aprovaram a reforma Trabalhista, para aumentar os lucros dos empresários. E ainda querem aprovar a Reforma Previdenciária, para aumentar os lucros das empresas de previdência privada.

Portanto, o capitalismo é, na verdade, o responsável direto por todas as mazelas do mundo – guerras, fome, violência, desigualdades sociais. E o 1º de Maio é dia de os trabalhadores e trabalhadoras não ficarem em casa, mas irem às ruas para denunciar todas essas mazelas e lutar por garantia dos atuais direitos e a ampliação deles. Dia 1º de maio é dia de mostrar à sociedade que é possível construir um mundo melhor, com distribuição de renda e mais solidariedade entre os povos.

NACIONAL

SINDISAN presente no lançamento do ONDAS, em Brasília

A partir de um encaminhamento do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018, que aconteceu em março último, em Brasília, entidades sociais, sindicais e acadêmicas realizaram, na quarta-feira (25), o lançamento político do Observatório Nacional pelo Direito à Água e ao Saneamento – ONDAS.

O objetivo do Observatório é promover a articulação e ação conjunta, autônoma e crítica de instituições e de movimentos sociais de todo o país, assegurando, dessa forma, a efetivação ao direito universal ao saneamento, por meio da gestão pública e democrática.

“Aideia do Observatório é a união de forças das entidades que, historicamente, sempre lutaram pelo direito à água e ao saneamento”, afirma o presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Pedro Blois.

O SINDISAN esteve representado no lançamento do ONDA pela companheira Iara Nascimento, que também faz parte do Coletivo Nacional de Saneamento.

charge

CAPITALISTAS SELVAGENS

**ABANDONO**

Escritório de Carira está em condições deploráveis

A situação do Escritório da DESO na cidade de Carira, dentre todos que se encontram em terrível situação de abandono, aparece como um dos mais preocupantes. Atendendo a uma vasta região do Sertão, aquele escritório, desde a sua inauguração, nos anos 70, jamais recebeu sequer uma pintura a base de cal. Como consequência, é o próprio retrato do desprezo com o patrimônio da Companhia.

Uma parcela da população da região, indignada pela falta de informações dos responsáveis da DESO, procuram as emissoras de rádio para reclamar; já outra parte, vendo o escritório em estado de abandono, está usando-o à noite como depósito de lixo e sanitário público, causando um mal-estar tremendo aos funcionários e aos usuários que se dirigem àquele escritório.

O SINDISAN teve conhecimento de que, brevemente, será iniciada uma reforma total daquela unidade. É torcer para que tudo se concretize da forma mais rápida possível. O que não se pode conceber e nem permitir é que uma situação daquelas seja vista como algo normal e aceitável.

DIREITOS HUMANOS

Reforma Trabalhista pode colocar o país no banco dos réus

A reforma Trabalhista do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (MDB), além de retirar direitos históricos dos trabalhadores, ampliar a informalidade e as condições precárias de trabalho, tem diversos dispositivos que violam a dignidade da pessoa humana, como é o caso da forma de cálculo das indenizações por acidentes de trabalho que podem ser feitas a partir do nível socioeconômico do trabalhador e da trabalhadora.

Essas e outras violações aos direitos humanos, que contribuem para aumentar a desigualdade ao excluir, jogar na pobreza e na miséria milhões de brasileiros, podem levar o Brasil a ser processado na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No cenário pós reforma, para fazer valer os direitos sociais garantidos na Constituição Federal é fundamental ativar o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, do qual o Brasil faz parte, afirma o procurador do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região (MPT), Cristiano Paixão.

Ele explica que “os direitos humanos possuem várias vertentes, uma delas é a dos direitos econômicos, e a Corte Interamericana, que confere eficácia a essa proteção, está conduzindo audiências públicas que compreendem vários casos, entre eles a precarização produzida pela reforma trabalhista, a Lei nº 13.467/2017”.

Segundo o procurador do MPT, é um longo processo, que envolve mostrar à Comissão e a Corte que as políticas atuais do governo federal contêm uma forte violação aos direitos humanos. Isso ocorre em várias passagens da Lei nº 13.467 e também se manifestou na portaria sobre trabalho escravo, editada em outubro de 2017, e posteriormente revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

E para combater as violações de direitos trabalhistas legalizadas pela nova Lei, o MPT tem atuado em várias frentes, seja nos processos investigativos, seja na articulação nos órgãos internacionais, onde a entidade está mostrando o que está acontecendo com a classe trabalhadora brasileira.

“Caso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos confirme que o Brasil não conseguiu por suas próprias instituições proteger os direitos humanos, o país pode ser condenado pela Corte Interamericana a várias formas de reparação”, explica Cristiano Paixão.

(Informação da CUT Brasil)

(((ANÁLISE CRÍTICA)))

Iniciativa privada quer abocanhar saneamento via marco regulatório

■ Por George W. Silva

Matéria aparentemente desprezível da Folha de S.Paulo, distribuída a inúmeros jornais do país, inclusive de Sergipe, pela agência Folha Press, circulou no dia 9/4, com o título original “Brasil precisa dobrar investimento anual em saneamento para bater meta”. O leitor menos atento, ao lê-la, pode concluir que só é possível avançar na universalização da oferta de serviços de saneamento no Brasil, em especial, de esgotamento sanitário, com investimentos maciços na iniciativa privada. Nada mais equivocado.

A matéria, já em sua abertura, aponta o volume necessário e quem é o maior interessado em meter a mão nesses recursos: “O Brasil precisaria dobrar seus investimentos em saneamento básico para atingir a meta nacional nos próximos 15 anos. A projeção é de que serão necessários ao menos R\$ 22,3 bilhões por ano até 2033. Em 2016 — dados mais recentes divulgados —, foram investidos R\$ 11,7 bilhões, segundo dados da Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto).”, aponta.

De fato, o país precisa investir mais em saneamento, e a desculpa de que faltam recursos para esse setor, vital para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, não se sustenta. E por que direcioná-los para o setor privado? O setor público, através das suas companhias de saneamento, não tem condições de assumir esses serviços? Tem sim. Tem corpo técnico de excelência e estrutura para tal, mas a ingerência política sempre fala mais alto.

Mas voltemos aos valores postos na matéria da Folha. Segundo aponta, serão necessários investimentos de R\$ 22,3 bilhões por ano até 2033. Falta esse montante ao governo? A resposta é não. Somente com a sonegação fiscal, os cofres públicos deixam de receber, anualmente, cerca de R\$ 400 bilhões, dinheiro mais que suficiente para universalizar o saneamento. Recentemente, o governo golpista de Michel Temer livrou o Itaú-Unibanco de pagar dívida de R\$ 25 bilhões por sonegação fiscal. Com corrupção e negociatas, outros tantos bilhões somem no ralo da desonestidade endêmica nacional todos os anos. Então, não se trata de falta de recursos ou de incompetência estatal, mas sim de gestão e vontade política.

[Novo marco regulatório

Em outro trecho da matéria, fica claro que o setor privado, aproveitando o atual momento de desmonte do setor público pelo governo neoliberal e entreguista de plantão, vai

continuar buscando controle sobre parte do setor de saneamento do país — onde lhe render gordos lucros, obviamente — e também das verbas públicas para tocar as obras necessárias e assumir a concessão dos serviços. Para isso, querem mudanças no marco regulatório, após não conseguirem fazer avançar o famigerado Programa de Parcerias de Investimento (PPI) — do qual Sergipe, com muita luta do SINDISAN e pressão dos trabalhadores, pulou fora.

“A associação pleiteia junto ao governo federal mudanças no marco regulatório do setor para facilitar a expansão das empresas privadas no segmento, hoje de 6%. Para ele, a ampliação das companhias no setor seria essencial para a ampliação dos investimentos. A aprovação das novas regras se tornou prioritária para as companhias (...)”, diz a matéria, associando a entrada das empresas privadas no setor ao crescimento nos investimentos, ardilosamente sem destacar que esses investimentos não são privados, mas totalmente públicos.

[Ataque direto

Então o que faz o setor privado e os seus “tentáculos” entranhados no governo federal? Querem o envio imediato de um novo marco regulatório do saneamento ao Congresso Nacional. E sabe onde exatamente a iniciativa privada quer atacar o atual marco regulatório do setor? Na forma de contratação das companhias de saneamento pelas prefeituras. Sob a legislação atual, os municípios podem firmar contratos diretamente com as concessionárias estaduais. A abertura de concorrência só é necessária caso haja interesse em contratar uma empresa privada. Para satisfazer o setor privado, o governo trabalha para obrigar as prefeituras a abrir uma concorrência sempre, escancarando de vez o setor.

Portanto, trabalhadores da Deso e também dos SAAEs, grandes multinacionais estão ávidas por abocanhar fatias cada vez maiores do setor de saneamento brasileiro e essa mudança no marco regulatório, atendendo especificamente aos interesses privados, pode enfraquecer as companhias estatais. Enfraquecidas economicamente, serão alvo fácil para os privatistas.

A luta agora passa a ser contra essa mudança brutal na legislação, que não atende necessariamente aos interesses da população, mas a empreiteiras e poderosas multinacionais, de olho principalmente no controle das nossas reservas de água. Lutemos!

[+] George W. Silva é jornalista e assessor de Imprensa e Comunicação do Sindisan.

VALE TUDO

Sem medida provisória para reparar nova lei trabalhista, desmonte fica oficializado

A Medida Provisória (MP) 808, que alterava itens da Lei 13.467, da "reforma" trabalhista, perdeu validade na segunda-feira (23), por absoluto desinteresse da Câmara dos Deputados e nenhum empenho do governo, apesar de promessa feita durante a tramitação do projeto, aprovado em 2017.

Com isso, fica valendo a lei na íntegra, inclusive com pontos criticados por governistas, como o trabalho intermitente sem amarras, a possibilidade de mulheres e gestantes atuarem em locais insalubres e a jornada 12x36 apenas por acordo individual.

Durante a tramitação do texto no Senado, o governo acenou com uma medida provisória, que "corrigiria" algumas partes criticadas, para que o projeto original não tivesse de voltar para a Câmara, retardando a sua aprovação.

O Senado abriu mão de legislar e aceitou aprovar o texto na íntegra. A MP saiu, mas a comissão especial mista criada para apreciá-la nunca se reuniu. O presidente eleito renunciou, e não foi escolhido relator.

Esquecida, caducou.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, sem a MP se amplia a insegurança jurídica trazida pela lei.

"A caducidade da MP por decurso de prazo representa claro descaso para com a preservação do patrimônio jurídico social legado pela Constituição

Federal de 1988 e confirma o epílogo funesto do processo de desconstrução do Estado Social, que segue caminhando, agora com braços abertos para a própria tese do 'enxugamento' da Justiça do Trabalho, que já volta a ser entoadado por parte da grande mídia", explicou Feliciano.

(Informações da CUT Brasil)



FORTALEÇA O
SEU SINDICATO!



FILIE-SE JÁ!



■ A direção do SINDISAN continua percorrendo as poucas câmaras municipais que ainda faltam ser visitadas, defendendo a DESO como empresa pública e o direito humano de acesso à água e ao saneamento. Na foto, o presidente Sílvio Sá dialoga com os vereadores de Siriri. O sindicato esteve também na Câmara de Japaratuba, no dia 24, e já está agendada Sessão Especial no legislativo de Areia Branca. O lado negativo é que a categoria não assimilou a importância desses debates na defesa da DESO e tem comparecido muito pouco para apoiar essa luta, que deve ser de todos. O SINDISAN está fazendo a sua parte.

ÁGUA QUENTE é o boletim de comunicação interna do SINDISAN, voltado para os trabalhadores da Deso, Cohidro e SAEs, produzido sob responsabilidade da Direção do Sindicato. Presidente: Sílvio Sá | Diretor de Comunicação e de Relações Sindicais: Neemias Amâncio | Jornalista responsável e diagramador: George W. Silva (Reg. Prof. nº 859 - SRTE/SE) | E-mail para envio de matérias ou denúncias: sindisan.se@gmail.com | Colabore com textos e sugestões. Entre em contato com o Sindicato pelo telefone (79) 3214-3650.